

GESTJUS LAW REVIEW

Volume 2026

Anuário

9 artigos publicados · pp. 1-18

Índice

1–2

DIREITO COMERCIAL

Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026

Dr. Filipe Bastos · 10.5555/2026/0001

3–4

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação

Prof. Dra. Esperança Tavares · 10.5555/2026/0002

5–6

DIREITO BANCÁRIO

Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação

Dr. Manuel Cardoso, Prof. Dra. Esperança Tavares · 10.5555/2026/0003

7–8

DIREITO DO TRABALHO

Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate

Dr. João Pedro Almeida · 10.5555/2026/0004

9–10

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Defesa da concorrência em mercados digitais

Dr^a. Beatriz Carvalho · 10.5555/2026/0005

11–12

DIREITO SOCIETÁRIO

Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos

Prof. Dr. António Mendes · 10.5555/2026/0006

13–14

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Decisão TS 09/2026 — natureza da nulidade contratual

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2026/0007

15–16

REGISTOS E NOTARIADO

O notariado angolano e a desmaterialização de actos

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2026/0008

17–18

DIREITO TRIBUTÁRIO

Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos

Dr. Filipe Bastos, Dr^a. Sandra Costa · 10.5555/2026/0009

DIREITO COMERCIAL

Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026

Dr. Filipe Bastos — Universidade Lusíada de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 1-2

22 de janeiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0001**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Apresentação do regime do comércio electrónico aprovado em 2026 e dos direitos do consumidor electrónico.

Apresentação do regime do comércio electrónico aprovado em 2026 e dos direitos do consumidor electrónico.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: e-commerce, consumidor, comercial

Citar: Dr. Filipe Bastos. "Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026". GestJus Law Review, 2026, pp. 1–2. <https://doi.org/10.5555/2026/0001>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação

Prof. Dra. Esperança Tavares — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 3–4

05 de fevereiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0002**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Avaliação dos resultados da aplicação do regime simplificado e propostas de calibragem.

Avaliação dos resultados da aplicação do regime simplificado e propostas de calibragem.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: imposto industrial, simplificado, PME

Citar: Prof. Dra. Esperança Tavares. "Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação". GestJus Law Review, 2026, pp. 3–4. <https://doi.org/10.5555/2026/0002>

DIREITO BANCÁRIO

Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola**Prof. Dra. Esperança Tavares** — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto**GestJus Law Review** · Volume 2026 · pp. 5-6

20 de fevereiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0003**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Análise do projecto de open banking, dos seus desafios técnicos e dos requisitos legais.

Análise do projecto de open banking, dos seus desafios técnicos e dos requisitos legais.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: open banking, fintech, BNA

Citar: Dr. Manuel Cardoso; Prof. Dra. Esperança Tavares. "Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação". GestJus Law Review, 2026, pp. 5–6.

<https://doi.org/10.5555/2026/0003>

DIREITO DO TRABALHO

Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate

Dr. João Pedro Almeida — Ordem dos Advogados de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 7-8

08 de março de 2026

DOI: **10.5555/2026/0004**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Argumentos favoráveis e contrários à introdução de salários mínimos regionais.

Argumentos favoráveis e contrários à introdução de salários mínimos regionais.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: salário mínimo, produtividade, laboral

Citar: Dr. João Pedro Almeida. "Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate". GestJus Law Review, 2026, pp. 7–8. <https://doi.org/10.5555/2026/0004>

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Defesa da concorrência em mercados digitais

Dr^a. Beatriz Carvalho — Tribunal Constitucional

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 9–10

25 de março de 2026

DOI: **10.5555/2026/0005**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Identificação dos principais riscos competitivos em mercados digitais e instrumentos de regulação.

Identificação dos principais riscos competitivos em mercados digitais e instrumentos de regulação.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: digital, plataformas, concorrência

Citar: Dr^a. Beatriz Carvalho. "Defesa da concorrência em mercados digitais". GestJus Law Review, 2026, pp. 9–10. <https://doi.org/10.5555/2026/0005>

DIREITO SOCIETÁRIO

Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos

Prof. Dr. António Mendes — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 11-12

08 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0006**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Análise dos reflexos jurídicos e contabilísticos das reorganizações que envolvem subsidiárias estrangeiras.

Análise dos reflexos jurídicos e contabilísticos das reorganizações que envolvem subsidiárias estrangeiras.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: reorganização, transfronteiriço, sociedades

Citar: Prof. Dr. António Mendes. "Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos". GestJus Law Review, 2026, pp. 11–12. <https://doi.org/10.5555/2026/0006>

NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

Decisão TS 09/2026 — natureza da nulidade contratual

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 13-14

12 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0007**

● ACESSO ABERTO · OPEN ACCESS

RESUMO

Comentário breve à decisão que distingue a nulidade da anulabilidade em contratos comerciais.

Comentário breve à decisão que distingue a nulidade da anulabilidade em contratos comerciais.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: nulidade, contratos, jurisprudência

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "Decisão TS 09/2026 – natureza da nulidade contratual". GestJus Law Review, 2026, pp. 13–14. <https://doi.org/10.5555/2026/0007>

REGISTOS E NOTARIADO

O notariado angolano e a desmaterialização de actos

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 15-16

22 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0008**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Reflexão sobre os limites e a viabilidade da desmaterialização integral de actos notariais.

Reflexão sobre os limites e a viabilidade da desmaterialização integral de actos notariais.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: notariado, desmaterialização

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "O notariado angolano e a desmaterialização de actos". GestJus Law Review, 2026, pp. 15–16. <https://doi.org/10.5555/2026/0008>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos

Dr. Filipe Bastos — Universidade Lusíada de Angola**Dr^a. Sandra Costa** — Centro de Estudos Jurídicos do Ministério da Justiça**GestJus Law Review** · Volume 2026 · pp. 17-18

26 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0009**

◆ SUBSCRIÇÃO

RESUMO

Estudo comparado dos primeiros tratados de dupla tributação assinados pela República de Angola.

Estudo comparado dos primeiros tratados de dupla tributação assinados pela República de Angola.

Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

Palavras-chave: DTT, tributário, tratados

Citar: Dr. Filipe Bastos; Dr^a. Sandra Costa. "Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos". GestJus Law Review, 2026, pp. 17–18.

<https://doi.org/10.5555/2026/0009>